

## Coconstrução do apego no primeiro semestre de vida: o papel do outro nessa constituição

Kaira Neder<sup>1\*</sup>   
Ludmilla D. M. P. Ferreira   
Katia de Souza Amorim 

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto,  
Departamento de Psicologia. Ribeirão Preto, SP, Brasil

**Resumo:** A sobrevivência do bebê humano é possibilitada pelo sistema de apego, na medida em que ele busca proximidade, emitindo comportamentos mediadores em direção a uma figura que lhe proporciona segurança. Reflexões provindas da existência de uma intersubjetividade inata e evidências de habilidades mais refinadas do que se conhecia à época da formulação da teoria de Bowlby levaram à hipótese de que o comportamento de apego pode ser observado antes do proposto por esse autor. Empreendeu-se um estudo de caso, em que se analisaram videograções do primeiro semestre de vida de Marina. Selecionaram-se e analisaram-se microgeneticamente episódios de comportamento diferencial do bebê com seus cuidadores antes dos seis meses de idade; e mapearam-se os comportamentos mediadores com cada cuidador. O comportamento diferencial com uma figura discriminada foi visualizado já aos três meses de vida. Discutiram-se os processos dialógicos e culturais que repercutiram na seleção da mãe como figura de apego.

**Palavras-chave:** apego, bebês, vínculo emocional.

### Introdução

Dentre o conjunto dos animais, o ser humano é aquele que, ao nascer, apresenta a maior imperícia, sendo por muito tempo incapaz de sobreviver sozinho. Essa incompletude implica que a sobrevivência do bebê só é garantida pela sua relação com o outro social, com necessidade íntima deste outro, sendo-lhe vital uma relação próxima e contínua com um parceiro da espécie (Wallon, 1979). É por meio do outro e dos movimentos desse outro que as primeiras atitudes do bebê tomam forma (Wallon, 1959), destacando-se, assim, a importância fundante da interação para o desenvolvimento e constituição do ser humano.

Assim, os seres humanos são considerados dependentes (altriciais) e com uma infância prolongada. Para Wallon, portanto, uma primeira tarefa de desenvolvimento consiste na formação de relações, com o estabelecimento de vínculos emocionais com cuidadores. Essa construção de vínculo afetivo é vista como dada filogeneticamente, favorecendo o potencial de sobrevivência do bebê e da própria espécie (Bowlby, 1969/2002; Carvalho, 2005).

Autor que tratou amplamente do processo de construção da relação afetiva nos primeiros anos de vida foi John Bowlby (1969/2002), com sua Teoria do Apego.

### A Teoria do Apego

O apego é proposto pelo autor como uma variação do vínculo afetivo, resultado da atividade de um sistema comportamental inato que, quando ativado, promove comportamentos mediadores de apego, com o intuito de aproximar o bebê *da* ou de manter-se próximo *a* uma figura que lhe proporcione segurança (Bowlby, 1969/2002). Essa figura é uma pessoa discriminada, a que Bowlby denomina de figura de apego, usualmente a mãe biológica (monotropia). O sistema é ativado/fortalecido ou finalizado/enfraquecido, a depender de variáveis internas (sono, doença, irritação etc.) e externas (barulho, frio etc.) ao bebê.

Esse e outros autores afirmam que, inicialmente, a emissão dos comportamentos mediadores se dá por ação reflexa e, na medida em que o bebê cria conexões entre suas ações e o que acontece em seu entorno, os comportamentos são internalizados e se tornam corrigidos para a meta (a figura de apego) (Bowlby, 1969/2002; Bretherton, 1992). Esses comportamentos são divididos em três classes: (1) orientativos, em que a criança se utiliza de recursos auditivos e visuais para se orientar à figura de apego; (2) sinalizadores, nos quais ela chora, sorri, balbucia, vocaliza ou chama, com o intuito de atrair a figura de apego; e, (3) executores, em que a criança regula a proximidade com a figura de apego, agarrando-se a ela ou se deslocando em direção a ela (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1969/2002).

1 \*Endereço para correspondência: nederkaira@gmail.com

Bowlby (1969/2002) postula quatro fases na ontogênese do apego, sendo apenas as três primeiras descritas aqui, em consonância com o objetivo deste trabalho. A primeira fase, *Pré-Apego*, que perdura do nascimento até os dois meses de vida, consiste em um período em que os comportamentos mediadores do bebê ocorrem por ação reflexa, sem que haja uma discriminação de figuras. A segunda fase, *Apego no processo de formar-se*, estende-se do segundo ao sexto mês de vida. Nela, o bebê pode discriminar figuras familiares de não familiares, além de ter orientação e emitir sinais direcionados a uma (ou mais) figuras discriminadas (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1969/2002). Apesar dessa discriminação, Bowlby afirma que o bebê é incapaz de apego até chegar à fase 3, quando ele tem iniciativa ativa em procurar proximidade de uma figura de apego. A terceira fase se inicia em torno dos seis meses de idade e perdura aproximadamente até os dezoito meses, quando os comportamentos de apego passam a ocorrer com uma regulação ativa da proximidade com relação à figura de apego (Bowlby, 1969/2002). Vários aspectos são elencados quanto à seleção dessa figura, dentre os quais a prontidão da mãe, a sensibilidade dela ao responder aos sinais da criança e a quantidade e natureza das interações entre mãe e bebê (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978).

O surgimento em um período tardio do apego na espécie humana é relacionado por Bowlby (1969/2002) à imaturidade do recém-nascido. A esta imperícia motora seria somada a necessidade de alguns requisitos cognitivos para que o apego pudesse se desenvolver: a discriminação visual e auditiva, habilidade de sincronizar informação provinda de uma voz e de um rosto; a capacidade imitativa; a permanência de pessoa; e, a habilidade de construção de expectativas (Flavell, Miller, & Miller, 1999).

Carvalho (2005) ressaltam que as proposições de Bowlby foram de extrema importância na medida em que sua teoria impulsionou a realização de pesquisas com bebês, as quais propiciaram uma série de avanços no conhecimento do desenvolvimento dessa faixa etária. Há, assim, o reconhecimento da contribuição seminal em termos de construção de paradigma para a compreensão da importância do alicerce socioemocional nos processos de desenvolvimento, com reflexos, inclusive, na constituição de políticas públicas, fundamentando práticas na educação infantil e na proteção à infância (Rossetti-Ferreira & Costa, 2012). Dialeticamente, porém, tais avanços sobre o desenvolvimento afetivo levaram a novas questões sobre a própria elaboração dos processos ligados àquela teoria, gerando, inclusive, questionamentos em relação a aspectos dela.

### *Debates contemporâneos acerca da teoria do apego*

Dentre os diversos debates, um deles diz respeito ao conceito de sensibilidade materna (Ainsworth et al.,

1978), proposto pelos autores enquanto um constructo universal, independente do contexto. Enquanto alguns autores reconhecem sua universalidade, apesar de admitirem falhas ao não se encampar a diversidade cultural (Mesman et al., 2018), outros teóricos afirmam que aspectos do constructo de sensibilidade materna não são universais, havendo equívoco teórico ao negligenciar diferenças culturais (Dawson, 2018; Keller, Bard, Morelli, & Chaudhary, 2017).

Outra fonte de debates se refere às (in)(h)abilidades do bebê humano em seus primeiros meses de vida. Amorim (2013) afirma que a concepção do bebê como um organismo incompleto e incompetente é ainda muito arraigada nas pesquisas, a imaturidade evidente em um domínio levando a expectativas de imaturidade em outros domínios. Como o bebê não anda, não fala e tem movimentos simples e precários, generaliza-se sua incompetência para tudo o mais. Ainda, com uma priorização social da comunicação linguística verbal sobre a não verbal, um conjunto amplo de autores não reconhece as elevadas competências de comunicação do bebê – como discutido por Ribeiro, Bussab e Otta (2004). Tais posicionamentos estão atrelados a modelos normativos, em que o desenvolvimento cognitivo é considerado como central, desconsiderando as capacidades e habilidades particulares do bebê (Sinha & Rodriguez, 2008). Tais noções implicam que os requisitos cognitivos esperados para funcionamento do sistema de apego, como a emissão de comportamentos de apego, só ocorreriam mesmo a partir do segundo semestre de vida da criança.

Contrapontos a essa perspectiva têm sido levantados pela verificação de habilidades do bebê antes não reconhecidas, através do uso de novos recursos tecnológicos em pesquisas sobre o desenvolvimento no primeiro ano de vida (Oliva, 2004). Verificou-se, por exemplo, que o bebê está apto a discriminar a voz (De Casper & Fifer, 2000) e o rosto da mãe (Slater, Fields, & Hernandez-Reif, 2007) com poucos dias de vida, e não apenas após a décima quarta semana, como indicava Bowlby (1969/2002).

Se tais habilidades são fundantes no desenvolvimento/manifestação do apego e se elas são agora verificadas em idades precoces do bebê, tais verificações levam a interrogar se o apego não poderia se manifestar em um período anterior ao proposto por Bowlby.

Além disso, tem havido questionamentos quanto à definição de apego estar intrinsecamente relacionada à possibilidade de a criança ser capaz de deslocamento para levar à aproximação da figura de apego. Sobre isso, Ainsworth et al. (1978) afirmam que a teoria do apego assume “o comportamento de apego de um modo rígido e exclusivamente em termos de busca literal de proximidade – uma concepção inadequada mesmo quando descreve o apego e o comportamento de apego ao um ano de idade” (p. 11).

Finalmente, um terceiro eixo de questões se relaciona ao fortalecimento de uma concepção que compreende o bebê como tendo capacidade intersubjetiva – intersubjetividade primária (Trevarthen, 2010) –, a partir do que se discute que as interações precoces entre mãe e bebê são intersubjetivas desde o nascimento, permeadas por sincronia e corregulação.

Trevarthen discute, nesse sentido, a existência de uma protoconversa dos recém-nascidos e suas mães, as vocalizações envolvendo trocas de modo sincronizado, com alterações de pulso rítmico, mudanças do tom da voz e dos movimentos corporais do bebê, com visível coordenação entre as ações de ambos. Há o estabelecimento de interação diádica precoce, que já demanda uma subjetividade, com ajustamento da própria subjetividade às dos outros. Representa o que Trevarthen defende como existência de intersubjetividade inata, possibilitada pela capacidade biológica do recém-nascido de engajamento (Sinha & Rodriguez, 2008; Trevarthen, 2010).

Com base nessas considerações, que destacam a existência das mais elaboradas capacidades do bebê desde seu nascimento, de que o comportamento de apego não deve ser exclusivamente identificado através da capacidade de busca de proximidade por deslocamento e, ainda, com base na noção de intersubjetividade primária, traçou-se a hipótese deste estudo. Esta propõe que o vínculo e o comportamento de apego podem ser observados em sua coconstrução nas fases um e dois da Teoria do Apego, através de sinais sutis e de indícios da bidirecionalidade por meio da intercorporeidade (Amorim & Rossetti-Ferreira, 2008; Sinha & Rodriguez, 2008), pelas expressões faciais, tom de voz e posturas corporais/gestos do bebê e da figura de apego. Com isso, traçou-se como objetivo investigar as manifestações de comportamento de apego nos primeiros seis meses de vida da criança.

## Metodologia

Este estudo está embasado na perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações (RedSig) (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2004), de fundamentação histórico-cultural, segundo a qual o indivíduo se constitui dentro de processos complexos e permeados por aspectos de natureza semiótica, em que a relação e sua significação são coconstruídas em contextos socioculturais, através de processos dialógicos. Nessa abordagem, a matriz sócio-histórica (constituída por aspectos de ordem social, econômica e cultural e composta por articulações distintas e múltiplos discursos) impregna, significa e contribui para circunscrever os processos interativos e constitutivos do ser humano (Amorim & Rossetti-Ferreira, 2004). Esse conjunto de aspectos que permeia o processo de desenvolvimento é interpretado, portanto, como compondo uma rede de significações, que têm concretude através da corporeidade. Este referencial

possibilita observar o desenvolvimento do bebê buscando apreender alguns dos diversos elementos que contribuem para constituí-lo. Além disso, fornece uma visão da complexidade requerida para a compreensão do apego, como discutido por Keller (2018b).

Para tanto, o estudo de caso (Yin, 2005) representa uma das formas de conduzir a investigação, já que foi proposto para analisar situações complexas, no ambiente em que elas ocorrem, acompanhando o processo longitudinalmente. Além disso, esse método possibilita a investigação de um tópico empírico pouco conhecido ou questionado, como a manifestação do apego já nas primeiras semanas de vida do bebê.

O material empírico é oriundo de banco de dados do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (Cindedi), particularmente do trabalho de Rodrigues (2011). Dentre aquele material, este estudo (Neder, 2018) analisou as videografações, – que foram realizadas semanalmente ao longo dos sete primeiros meses de vida –, do bebê Marina em suas relações com sua mãe (Júlia) e a avó materna (Miriam). A presença do pai nas videografações quase nunca ocorreu, em decorrência de muitas viagens a trabalho. Ressalta-se que a utilização deste material obedeceu e assegurou todos os compromissos éticos de acordo com as diretrizes da Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde sobre Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Brasil, 2016), tendo ocorrido nova aceitação do estudo pela família e, assim, sendo obtida aprovação pelo Comitê de Ética (2008 e 2016).

A escolha pelo trabalho com videografações se deu por se reconhecer a importância do uso da gravação como um recurso para o processo de análise proposto, dado que permite o retorno contínuo ao material gravado e, conseqüentemente, possibilita que a pesquisa seja (re)construída ao longo de todo seu percurso (Amorim, Dentz, & Costa, 2018; Kreppner, 2001).

Em consonância com os pressupostos metodológicos da RedSig, a construção do corpus e a análise dos dados se deram em três tempos. Primeiramente, ocorreu a visualização exaustiva do banco de dados. Em seguida, fez-se a transcrição dos 21 dias de gravações, descrevendo-se os comportamentos emitidos pelo bebê na interação, comportamentos que se constituíam como uma resposta diferenciada com relação a algum dos cuidadores/interlocutores (avó, mãe e pesquisadora) e que resultavam na busca por aproximação ou reação ao afastamento dessa pessoa (Bowlby, 1969/2002). Em seguida, realizou-se um registro a intervalos de 30 segundos, utilizando 30 minutos da última gravação referente a cada mês do bebê, totalizando seis mapeamentos. Marcou-se a ocorrência dos comportamentos mediadores de apego com cada par de interação, sendo estes: comportamentos orientativos (olhar/direção da cabeça), sinalizadores (emissão – sorriso e vocalização; e suspensão – choro) e executórios (enterrar a cabeça, sucção não nutritiva – bebê com o peito na boca, dormindo ou a mãe falando sobre o bebê não

estar mamando sendo que a criança está com a boca na mama da mãe –, tocar o corpo, agarrar-se/agarrar partes do corpo) (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1969/2002).

Por fim, analisou-se o conjunto de resumos e eventos identificados, com a seleção de dezessete episódios, que foram transcritos microgeneticamente, com a meta de acompanhar o processo longitudinalmente (Góes, 2000).

## Resultados

### Mapeamento de ocorrências dos comportamentos mediadores de apego

Os resultados obtidos no mapeamento de ocorrência estão nas Figuras 1, 2 e 3. Como referido, os comportamentos foram baseados nos subtipos de comportamentos mediadores orientativo, sinalizador e executório, apresentando também ocorrência a cada intervalo, com cada parceiro de interação nos seis primeiros meses de vida do bebê.

No geral, esses resultados apontam para a mãe como principal figura em relação a quem Marina emite

os diversificados comportamentos mediadores de apego, ao longo de todos os seis meses de vida. Destacam-se principalmente os comportamentos sinalizadores (suspensão de choro e emissão de sorriso e vocalização) e executórios (regulação ativa de proximidade por parte do bebê). No que tange ao comportamento orientativo, a mãe só não é a principal figura nos terceiro e quinto meses de vida, em que prevalece a ocorrência da pesquisadora, a despeito de permanecerem altas as taxas com a mãe.

Por fim, citam-se as diferenças qualitativas entre os comportamentos dirigidos à mãe e aos outros parceiros. O cessar de choro (sinalizador) ocorre quase que exclusivamente na presença da mãe, enquanto os sinalizadores emitidos na interação com a avó e pesquisadora referem-se basicamente a vocalizações e sorrisos, que precisariam ser diferenciados em termos de qualidade e significado de busca por proximidade.

Tendo feito o mapeamento e identificado a mãe como a figura de referência, desde o primeiro mês de análise, passou-se a uma análise longitudinal. Desta, serão apresentados dois episódios.

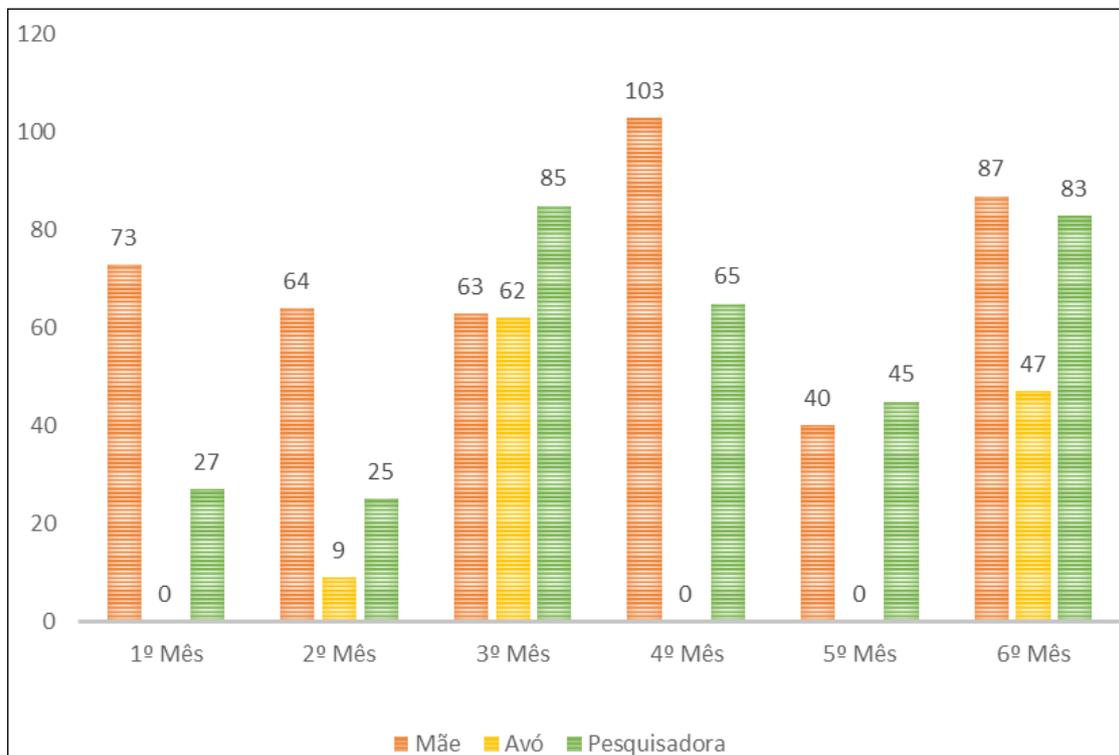


Figura 1. Comportamento orientativo (olhar, direcionamento da cabeça).

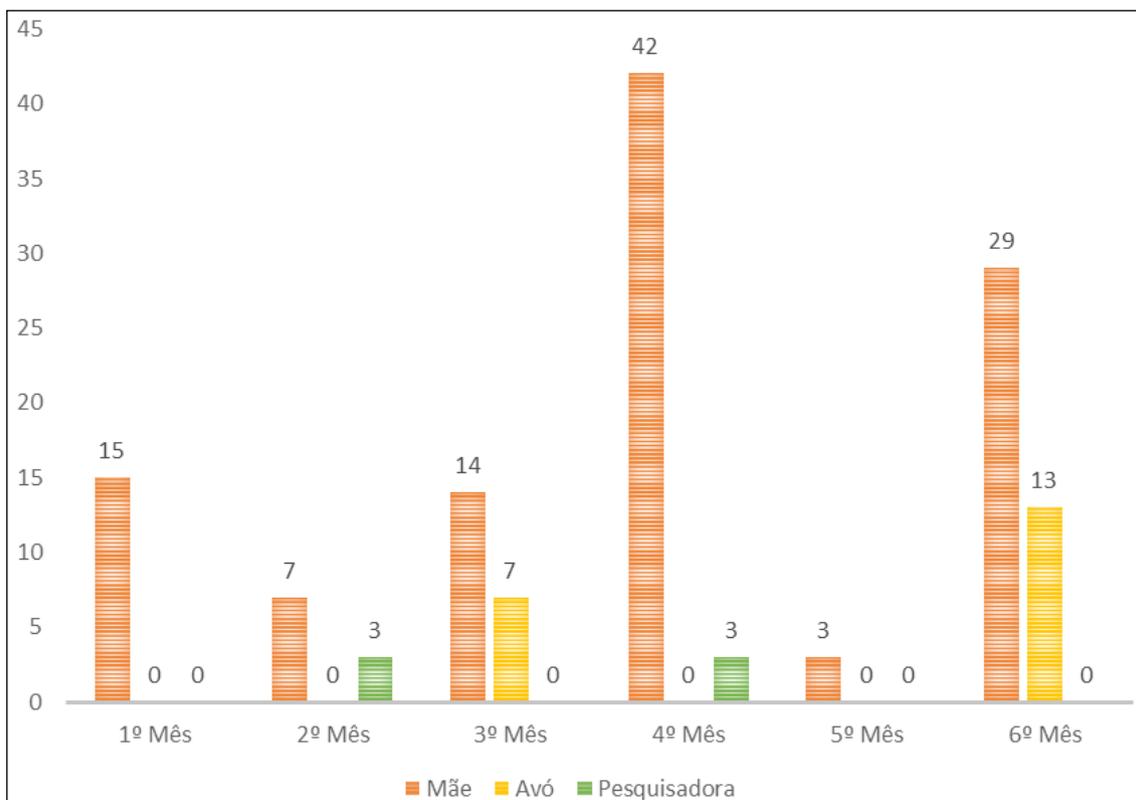


Figura 2. Comportamento sinalizador (cessar de choro, sorrir, vocalizar).

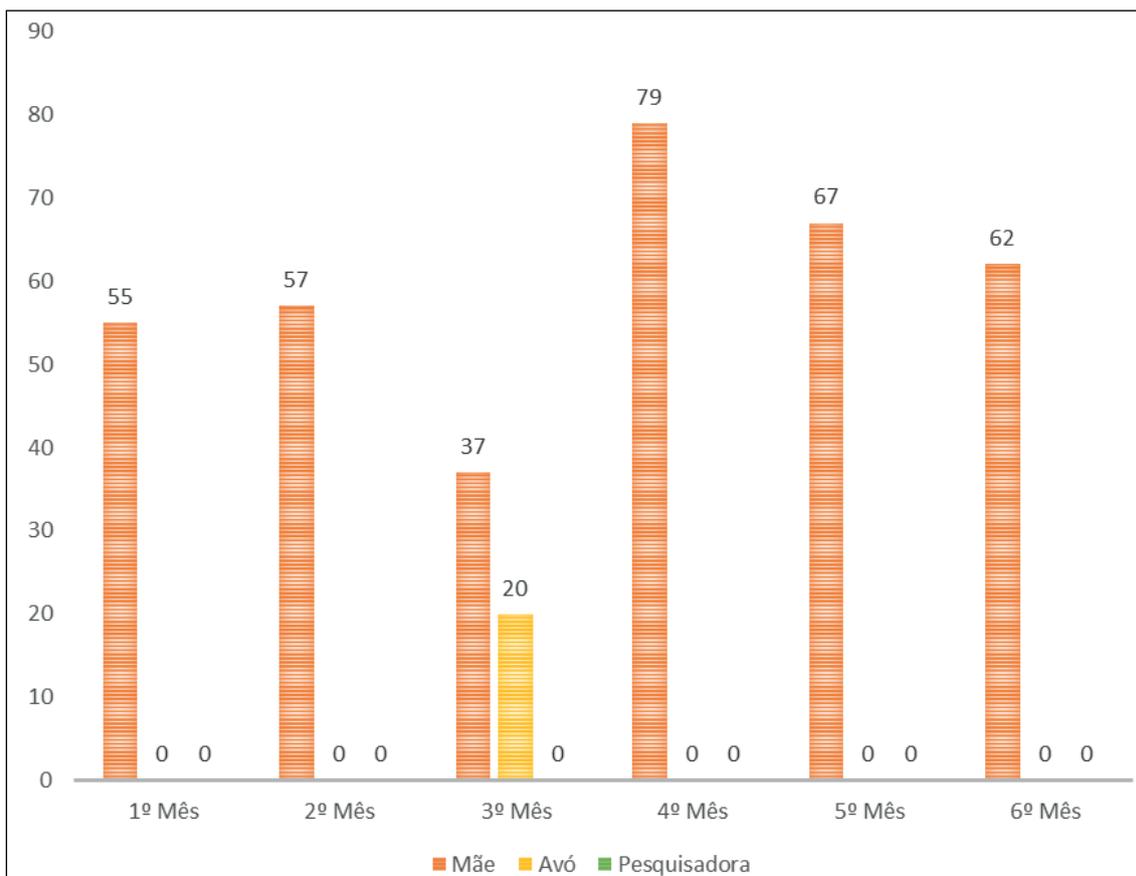


Figura 3. Comportamentos executórios (agarrar-se, engatinhar, sucção não nutritiva).

## Acompanhamento longitudinal do processo

### Episódio 1

Marina está com seis dias de vida. Ela está deitada de lado no carrinho, enrolada por cobertas e chorando copiosamente (os olhos estão fechados e contorce o corpo). A mãe vai até ela após poucos segundos de choro. Fica face a face com o bebê, mexe na roupa da criança enquanto fala com ela, mas o choro persiste e o bebê continua de olhos fechados, com as mãos na boca. O bebê continua a chorar e a mãe, que mexe no braço do bebê, diz suavemente “*tá comendo a mão, Marina? Você já mamou tanto!*”. Marina continua a chorar, um choro estridente, ao que a mãe diz: “*não precisa ficar brava*”. A mãe está curvada, de frente para o carrinho

e o rosto do bebê está lateralizado, os olhos de Marina continuam fechados. A mãe acaricia o cabelo do bebê, que para de chorar. Em seguida, a mãe começa a dar toques suaves nas costas do bebê enquanto a criança emite alguns sons. Marina fica em silêncio, com os braços cruzados sobre o peito, olhos semicerrados e o corpo virado para o lado enquanto a mãe a balança. Os braços do bebê ficam menos rígidos e o corpo aparenta relaxar, situação que se mantém por alguns segundos até que a mãe para de balançar a criança e se senta em uma cadeira. Quando isso acontece, o bebê abre os olhos, movimenta os braços e o corpo de um modo sutil e permanece em silêncio. A mãe volta a balançar a filha com a mão e o bebê fica em silêncio até que volta a chorar, mesmo na presença física da mãe, sentada à sua frente balançando-a.



Figura 4. Primeiro episódio.

### Episódio 2

Marina está com dois meses e 28 dias. Ela está na clínica em que a mãe trabalha, apenas na presença da avó e da pesquisadora. O bebê está deitado no colo da avó, de barriga para cima e olhando ao seu redor atentamente. Transcorridos poucos segundos, o bebê resmunga. A avó, em seguida, movimenta a chupeta na frente do rosto do bebê, toca a criança e diz “*tó*”, mas o bebê não olha para o objeto. A avó traz a chupeta mais para frente do rosto do bebê, que olha na direção da pesquisadora, sem reação ao objeto. A avó continua a balançar a chupeta (agora um pouco mais distante do bebê), enquanto o bebê ainda olha para a pesquisadora. Marina começa a morder as mãos e ora olha para o ambiente, ora para a pesquisadora, sem demonstrar sinais de irritação. Durante todo o tempo, a avó olha para o bebê, que não faz contato visual com a avó e não olha para a chupeta. A avó continua a balançar a chupeta, colocando o objeto bem à frente do bebê. Após 40 segundos de tentativa, o bebê olha brevemente para o objeto, desviando em seguida o olhar.

Nos próximos 30 segundos, o bebê morde as mãos e olha atentamente para o ambiente, enquanto emite sons. A avó está em silêncio e apenas segura a criança. Os sons

se transformam em resmungos esparsos, acompanhados de uma expressão facial de desprazer. A avó toca a mão do bebê, que continua a morder as mãos com voracidade. Logo em seguida, a avó balança a chupeta na frente do bebê por mais 20 segundos, mas Marina não olha para o objeto. A avó aproxima a chupeta rapidamente do bebê e a criança olha por alguns segundos para o objeto, logo em seguida parando de morder as mãos. A avó coloca a criança ainda mais na horizontal e toca seu corpo. O bebê estava começando a chorar. A avó dá a chupeta para o bebê, que fica em silêncio e agarra a mão da avó por alguns segundos. Em seguida, a avó coloca a fralda entre os braços da criança, que a agarra e permanece em silêncio.

A mãe aparece na gravação e pega uma manta. Instantaneamente, o bebê se orienta em direção à mãe, que se aproxima de Marina e a cobre. A avó, em silêncio, ajeita a criança no colo. Marina olha fixamente para a mãe, inclusive quando ela se move, seguindo-a com o olhar. A mãe fica face a face com o bebê, estabelecendo contato visual direto. A mãe fala de modo carinhoso e suave com o bebê, tocando-o. Marina sorri. Uma mulher se aproxima da mãe e fala e toca em Marina, que a fita por cerca de 10 segundos, sem expressividade. A mulher

sai do ambiente e o bebê olha para a mãe, que pega o bebê conforto, colocando-o no sofá. A avó se levanta, ainda com Marina no colo, e a coloca no bebê conforto, enquanto o bebê conserva os olhos na direção da mãe.

A chupeta cai e o bebê olha atentamente para a mãe, que fala carinhosamente com a criança e brinca fazendo sons com a boca. A brincadeira prossegue, com a criança conservando os olhos na mãe e sorrindo largamente para ela.



Figura 5. Segundo episódio.

## Discussão

A análise dos dados obtidos com o mapeamento de ocorrências de comportamentos mediadores do apego e dos episódios acompanhados longitudinalmente possibilitou o observar as interações do bebê, com a meta de verificar – tanto em termos quantitativos como qualitativos de ocorrência com cada parceiro – se e como acontecia uma relação de interação diferencial com um parceiro preferencial. A seguir, serão expostos alguns pontos da análise do caso.

### *Olhar como recurso ao estabelecimento de vínculo e de evidência quanto aos vínculos*

Bowlby (1969/2002), em seu livro *Apego: A natureza do vínculo*, não considera o comportamento orientativo como mediador de apego, alocando as respostas orientativas apenas como uma das respostas iniciais, mas não indicativas, de ligação à figura de apego. Em contrapartida, essa classificação é postulada claramente por Ainsworth (1969), que concede uma ênfase maior ao olhar do que Bowlby. A análise do caso apresenta-se, portanto, em sintonia com a posição de Ainsworth, ao evidenciar que os comportamentos orientativos mostraram ter elevada ocorrência ao longo dos seis meses de vida da

criança, constituindo-se como uma das principais formas de o bebê se dirigir aos outros ao seu redor (Amorim, 2013; Neder, 2018).

Bellini e Fernandes (2010) ressaltam a importância do olhar na interação como elemento comunicativo, na medida em que seu direcionamento se constitui como meio de troca de sinais sociais. Com base nessa perspectiva, verifica-se, no episódio 2, o papel de Marina como um agente ativo, que não apenas reage aos seus cuidadores, mas inicia e mantém interações através dos seus recursos expressivos, com realce do olhar. Tal recurso recebe atenção da própria mãe que, a partir da quarta semana de vida, passa a atribuir significados ao olhar que Marina firmemente lhe dirige, o que se constitui como mantenedor e/ou iniciador da interação entre ambas – como nas classes de acesso ao comportamento de apego de Bowlby (1969/2002).

Ainda, como verificado nos quadros e na maioria dos episódios selecionados (dois deles apresentados neste artigo), o olhar foi preponderantemente dirigido à mãe. Apesar disso, verificou-se que, em dois meses do mapeamento – o terceiro e o quinto mês –, a ocorrência do olhar para a pesquisadora superou o olhar para a mãe, mesmo que as taxas com a última se mantivessem altas. Apenas em relação a esse comportamento orientativo através do olhar é que se verifica uma maior ocorrência com parceiro outro que não a mãe.

Uma hipótese é de que o aumento do olhar para a pesquisadora seja indicativo de que o bebê, ao rastrear o ambiente que o cerca, é sensível à presença de alguém estranho à rotina, pessoa cujo foco é continuamente dirigido à criança, tendo ainda um objeto intermediário (a câmera) na relação (Bellini & Fernandez, 2010). Além disso, Pacheco e Figueiredo (2010) apresentam dados que demonstram o decréscimo da atenção da criança para a figura materna após um período de preferência por esta, nos primeiros meses de vida, fenômeno este que também pode contribuir para explicar o dado encontrado.

Mas, mais do que isso, em relação aos demais parceiros, a análise dos dados mostra que Marina olha na direção da mãe de forma qualitativamente diversa. No caso da mãe, o olhar vem acompanhado de outros comportamentos, especialmente os sinalizadores (sorriso e encerramento do choro). Nos episódios selecionados, é ainda perceptível a evolução da interação da diade mãe-bebê, sendo nesse ponto importante destacar a partilha de elementos por ambas, com trocas ocorrendo através de um ajustamento mútuo, rápido e fácil, o que permite que as comunicações entre mãe e bebê sejam abreviadas (Lyra & Rossetti-Ferreira, 1995) e que, por consequência, ele explore outros aspectos do ambiente ao seu redor.

Destacar a importância do olhar como constitutivo *das* e como significativo *nas* interações implica, ainda, levar em consideração a proposição de que os bebês devam ser estudados a partir das suas particularidades e não como organismos incompletos (Pino, 2005). Assim, pode-se afirmar que, em decorrência da imaturidade motora e postural do recém-nascido, que impede que o bebê se desloque até o parceiro ou aponte para ele, o olhar pode ser verificado como um importante comportamento mediador que possibilita o encontro significativo do bebê com os parceiros, atraindo-os e contribuindo para o estabelecimento das interações e com a coconstrução do apego com uma determinada figura de referência.

### *A regulação ativa da proximidade*

Ainda acerca das questões teóricas suscitadas, é de relevância discutir os dados sobre o comportamento executório, que foi um subtipo de comportamento mediador que teve elevada ocorrência em todos os recortes, com a mãe, desde o primeiro mês. Este dado contrasta com o exposto por Bowlby (1969/2002), segundo o qual o mesmo ocorreria preponderantemente após os nove meses de vida, sob a forma de seguir a mãe, por exemplo. Essa discrepância pode ser explicada por questões conceituais.

Por definição, Bowlby (1969/2002) postula que o comportamento de aproximação (o termo executório é utilizado por Ainsworth (1969) e adotado neste artigo) se refere a comportamentos “que levam o bebê até junto da mãe e/ou aí o mantém” (p. 307). Exemplo é o bebê seguir a mãe engatinhando. No entanto, como já indicado, para Ainsworth et al. (1978), há um excesso de ênfase em

termos de busca literal de proximidade, compreendido como uma concepção inadequada.

Evidentemente, esse deslocamento (como o engatinhar) com a meta de aproximação não ocorre com o bebê de até seis meses. Nesses primeiros meses, inclusive, o bebê fica a maior parte do tempo no colo de cuidadores ou em superfícies como o carrinho, a cama e o berço. Apesar disso, verificou-se a busca *por* e a manutenção *da* proximidade através de formas particulares à idade do bebê, como tocar o corpo da mãe, aconchegar-se nele, enterrar a cabeça no colo da mãe e realizar sucção não nutritiva, comportamentos que ativa e largamente ocorrem nessa faixa etária e promovem uma regulação ativa da proximidade do bebê com a mãe, desde o primeiro mês de vida (Neder, 2018). A maior ocorrência desses comportamentos executórios em relação à mãe se deu pelo fato de que Marina fica grande parte do tempo restrita ao colo da mãe, visto que a pesquisadora nunca segura o bebê, o que também raramente ocorre com a avó.

### *A correção para a meta dos recursos expressivos: da função biológica de despertar cuidados até a formação de uma contingência*

Moura (2012) enfatiza a importância das capacidades afetivas e expressivas do bebê em despertar cuidados. Percebe-se, assim, ao longo de todos os dias de gravação, o choro do bebê como manifestação de incômodo com gases, fome, sono, cólica etc. Em todos os momentos, a mãe, a avó e até a pesquisadora recorrem a diferentes tipos de artifícios de modo a sustar o choro e o incômodo do bebê. A conjunção dessa capacidade de despertar cuidados com a responsividade e preferência do bebê por estímulos providos de humanos constitui os “motives for engagement”, como apontado por Trevarthen (1998, citado por Sinha & Rodriguez, 2008), que direcionam o bebê para as trocas interativas. É nessa contínua sucessão da demanda e provisão de cuidados que mãe e bebê, por volta dos dois meses de vida, travam uma comunicação sincrônica e rítmica (Sinha & Rodriguez, 2008; Trevarthen, 2010) em que “os afetos, sentimentos e emoções de um ecoam os do outro por espelhamento, contágio ou reações contingentes dentro de um curto espaço de tempo” (Ribas & Seidl-de-Moura, 2004, p. 296).

Dessa forma, no episódio 1, verifica-se que nenhuma das tentativas da mãe de acalmar o bebê (fala, toque, presença) faz com que o choro de Marina cesse, não existindo ainda uma correlação entre a presença da mãe e o fim do choro. Neste momento, o choro é reflexo, não sendo emitido em direção a uma figura específica (Bowlby, 1969/2002). Apesar disso, resulta na aproximação dos cuidadores.

A comparação entre os episódios 1 e 2 evidencia o surgimento da sincronia, com correção de comportamentos (Carvalho, Hamburger, & Pedrosa, 1996), com uma comunicação estabelecida entre mãe e

bebê (Trevarthen, 2010). Além disso, no encadeamento entre os episódios 1 e 2, percebe-se a formação dessa relação de contingência em que a suspensão do choro do bebê ocorre apenas na presença da mãe. Os dados, principalmente a partir do segundo mês de vida, mostram um bebê que não apenas reage à ação de seus pares ou demanda cuidados, mas que interage ativamente com aqueles ao seu redor através dos recursos expressivos que possui (o toque, a sucção não nutritiva, o seguimento com o olhar) e, inclusive, elenca um parceiro preferencial (a mãe), a quem dirige grande parte de seus comportamentos. Seu efeito é a ação da mãe de acalmá-la, suscitando um emprego diferencial dos recursos interativos (sorrisos, vocalizações, seguimento com o olhar) pela criança (Neder, 2018).

Nesse momento, torna-se imprescindível destrinchar os pormenores das relações do bebê Marina com seus diferentes cuidadores. No caso aqui analisado, figura um modelo em que mais de um cuidador integra os cuidados do bebê: a mãe e a avó. Esta auxiliava nos cuidados da neta e esteve bastante presente nas gravações, principalmente nos seus quatro primeiros meses de vida, quando a mãe continuava a trabalhar. Isso caminha no sentido de evidenciar que essa família não faz parte da pequena parcela da população em que a mãe se dedica exclusivamente aos cuidados dos filhos, existindo a necessidade do compartilhamento de cuidados com a avó (Lamm, Keller, Yovsi, & Chaudhary, 2008; Sjöberg & Bertilsdotter-Rosqvist, 2017).

Esse fato permite falar de múltiplas formações de relações afetivas nas crianças, relações dotadas de significados particulares a cada uma delas. Mais do que isso, há uma relação estabelecida com a avó materna, evidenciada pela maior ocorrência de sorrisos e também do cessar o choro frente ao cuidado em situações de incômodo. Apesar disso, em um momento maior de desconforto, quando o sistema de apego é ativado, a mãe figura como o parceiro mais eficaz em sustar o choro do bebê. Hipóteses para este fato podem ser várias.

Através da análise geral do banco de dados, percebe-se um cuidado mais distal, por parte da avó, que raramente pega a criança quando ela chora, tentando acalmá-la com a apresentação de objetos e/ou com a fala, como mostrado no episódio 2. As práticas de cuidado da avó, entretanto, contrastam enormemente com as empregadas pela mãe, que está sempre com a criança no colo ou se dirige prontamente para pegá-la em momentos de desconforto; ainda, que fala sorridente com a criança, com uma entonação carinhosa, explicando para o bebê as ações que lhe dirige e atribuindo significados aos comportamentos de Marina.

Esses dados corroboram os estudos de Lamm et al. (2008) que apontaram para as diferenças de parentalidade nos discursos de mães e avós. Os discursos das avós estão mais frequentemente associados a práticas de obediência e ao senso grupal; e nos das mães estão presentes modelos denominados de independentes. Nesse

modelo, referido como mais comum no ocidente e em sociedades ditas economicamente estáveis, o bebê é o centro da vida familiar, considerado um indivíduo dotado de características próprias e a quem se dirigem como tal, sempre explicando e referenciando o estado interno do mesmo (Keller, 2018a).

O destaque para o contraste entre os cuidados empreendidos pela avó e mãe não pretende, de maneira alguma, atribuir aos cuidados da mãe uma superioridade em qualidade. A interpretação é diversa e significa que, nessa relação, a avó está desempenhando o papel de “avó”, colaborando com a mãe e oferecendo o suporte necessário para que a filha possa exercer sua maternidade (G. G. Moura, comunicação pessoal, 30 de novembro de 2018). Como Lamm et al. (2008) apontam, nas culturas ocidentais contemporâneas e nas famílias economicamente estáveis, as avós tendem a respeitar as crenças parentais das mães e sua autonomia, para que possam ser integradas na criação dos netos, havendo aqui uma transmissão reversa das etnoteorias de parentalidade.

Os dados de Sjöberg e Bertilsdotter-Rosqvist (2017), na mesma linha, pontuam que o auxílio da avó no cuidado dos netos, no contexto de mães adolescentes, pode ser visto como insuficiência da mãe no cuidado dos filhos, mas que esse papel pode ser facilmente negociado entre ambas. No caso aqui analisado, essa negociação está na relação entre a avó e a mãe, visto que apesar de a avó auxiliar nos cuidados da neta, ela age sempre respeitando a autoridade da mãe e o exercício do seu papel.

O ponto principal reside em não afirmar que a mãe é o parceiro preferencial pelo simples fato de ser a mãe. Para compreender como ela se tornou a figura referencial é preciso compreender a relação construída entre a mãe e Marina, na qual há uma estruturação do ambiente e de valores em que essas interações ocorrem, sucedem e são constitutivas das particularidades daquelas relações específicas (Neder, 2018). No caso, a mãe provisionou mais do que os cuidados básicos e segurança para Marina. Ela atuou com afetividade diferenciada e como um par com brincadeiras diversas com o bebê, sendo o parceiro que esteve quase o tempo todo com a criança no colo empenhando fala, emoção e toda uma intercorporeidade com a criança, possibilitando a coconstrução de uma relação específica e particularmente central para Marina.

## Conclusão

A análise das relações do bebê Marina com parceiros (mãe, avó e pesquisadora), observadas ao longo dos sete primeiros meses de vida da criança – a partir dos pressupostos de intersubjetividade primária, corporeidade e processos dialógicos –, possibilitou o acompanhamento longitudinal dos processos da expressividade e da emissão de comportamentos mediadores do apego pela criança. Dados indicaram a manifestação de tais comportamentos em período

anterior aos seis meses de vida, antecipando a indicação de apego em fase anterior ao proposto por Bowlby.

Evidenciou-se a transformação da manifestação dos comportamentos mediadores ao longo dos meses e das vivências nas relações, com a clara construção de vínculo dessa criança. Os resultados do mapeamento e os episódios selecionados proporcionaram a visualização de uma relação diferencial com a mãe, por parte de Marina,

desde o segundo mês de vida, apontando positivamente para a hipótese da manifestação de comportamentos de apego antes dos seis meses.

Discutiu-se que essa construção diferenciada com a mãe se deu de forma dialógica e inerentemente relacionada a aspectos culturais, ao modo como os cuidados são empreendidos por cada cuidador e impregnados por elementos de natureza semiótica.

### **Co-construction of attachment in the first semester of life: the role of the other in this constitution**

**Abstract:** The survival of a human baby is enabled by the attachment behavioral system, as babies seek proximity, directing attachment mediator behaviors toward a figure who provides security. Reflections from the existence of a primary intersubjectivity and evidence of more refined abilities than what was known at the time in which Bowlby formulated this theory conducted us to the hypothesis that attachment is perceived before the period he proposed. We performed a case study in which we analyzed video-recordings from Marina's six months of life. Episodes of differential behavior towards a figure were selected and micro-genetically transcribed. Moreover, mediator behaviors with each of the baby's caregivers were mapped. Results suggested differential behavior towards a discriminated figure since her third month. The dialogical and cultural processes that reverberated in selecting the mother as the attachment figure were discussed.

**Keywords:** attachment, infants, emotional bonding.

### **Co-construction de l'attachement au premier semestre de la vie: le rôle de l'autre dans cette constitution**

**Résumé:** La survie du jeune enfant est rendue possible par la relation d'attachement, quand il cherche de la proximité, en émettant des comportements médiateurs vers une figure qui lui fournit sécurité. Réflexions de l'existence d'une intersubjectivité innée et évidences d'habiletés raffinées qu'on connaissait à l'époque de la formulation de la théorie on conduit à l'hypothèse que le comportement d'attachement peut être observé avant la période proposé par Bowlby. On a réalisé une étude de cas où des enregistrements vidéo du premier semestre de Marina ont été analysés. Episodes de comportement différentiel du jeune enfant avec une figure discriminée avant six mois ont été sélectionnés et analysés micro génétiquement; les comportements médiateurs avec chaque soignant ont été enregistrés à intervalles. Le comportement différentiel avec une figure discriminée a été observé déjà à trois mois de vie. L'influence des processus dialogiques et culturels sur le choix de la mère comme figure d'attachement sont discutés.

**Mots-clés:** attachement, jeunes enfants, attachement émotionnel.

### **Coconstrucción del apego en el primer semestre de vida: el papel del otro en esta constitución**

**Resumen:** La garantía de supervivencia del bebé humano es posibilitada por el sistema de apego, en la medida en que el bebé busca acercamiento, mediante comportamientos mediadores emitidos en dirección de una figura que le proporcione seguridad. Las reflexiones derivadas de la intersubjetividad innata y evidentes habilidades mucho más refinadas de lo que eran conocidas en la época de la formulación de la teoría de Bowlby llevaron a la hipótesis de que el comportamiento de apego puede observarse antes de lo propuesto por él. Se realizó un estudio de caso a partir del análisis de grabaciones en video del primer semestre de vida de Mariana. Para ello, se seleccionaron y se analizaron microgenéticamente episodios de comportamiento diferencial del bebé con cuidadores antes de los seis meses; y se enumeraron los comportamientos mediadores con cada cuidador. Los resultados sugieren que el comportamiento diferencial con una figura discriminada se observó ya a los tres meses de vida. Se discutieron los procesos dialógicos y culturales que repercutirán en la selección de la madre como la figura de apego.

**Palabras clave:** apego, bebé, vinculación emocional.

## Referências

- Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relations, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Amorim, K. S. (2013). *Linguagem, comunicação e significação em bebês* (Tese de Livre-Docência). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Amorim, K. S., Dentz, M. V., & Costa, N. M. S. (2018). Videogravação nas ciências humanas: O dilema entre potencial da imagem e direito de preservação da identidade. In M. I. S. Leme, S. Cagnin & S. A. S. Leite (Orgs.), *Pesquisa aplicada em psicologia: Implicações éticas* (pp. 3-48). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Amorim, K. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2004). A matriz sócio-histórica. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 93-112). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Amorim, K. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Corporeidade, significação e o primeiro ano de vida. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(1), 67-81.
- Bellini, A. E. G., & Fernandez, F. D. M. (2010). Desenvolvimento do olhar e do contato em lactentes de zero a quatro meses de idade. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, 10(1), 85-93.
- Bowlby, J. (2002). *Apego: A natureza do vínculo* (Apego e Perda, Vol. 1). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1969)
- Brasil. (2016). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Recuperado de <http://bit.ly/2fmnKeD>
- Bretherton, I. (1992). Attachment and bonding. In V. B. Van Hasselt & M. Herson (Orgs.), *Handbook of social development: A lifespan perspective* (pp. 133-155). New York: Plenum.
- Carvalho, A. M. A. (2005). Em busca da natureza do vínculo: Uma reflexão psicoetológica sobre grupos familiares e redes sociais. In J. C. Petrini & V. R. Cavalcanti (Orgs.), *Família, sociedade e subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar* (pp. 183-194). Petrópolis, RJ: Vozes
- Carvalho, A. M. A., Hamburger, A. I., & Pedrosa, M. I. (1996). Interação, regulação e correlação no contexto do desenvolvimento humano: discussão conceitual e exemplos empíricos. *Publicações do Instituto de Física da Universidade de São Paulo*, (1196), 1-34.
- Dawson, N. K. (2018). From Uganda to Baltimore to Alexandra Township: How far can Ainsworth's theory stretch? *South African Journal of Psychiatry*, 24, 1-8.
- De Casper, A. J., & Fifer, W. P. (2000). Of human bonding: Newborns prefer their mother's voice. In A. Slater & D. Muir (Orgs.), *The blackwell reader in the developmental psychology* (pp. 99-105). Oxford: Blackwell.
- Flavell, J., Miller, P., & Miller, S. (1999). *Desenvolvimento cognitivo* (3a ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Góes, M. C. R. (2000). A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Cadernos Cedex*, (50), 9-25.
- Keller, H. (2018a). Parenting and socioemotional development in infancy and early childhood. *Developmental Review*, 50, 31-41.
- Keller, H. (2018b). Universality claim of attachment theory: Children's socioemotional development across cultures. *PNAS*, 115(45), 11414-11419.
- Keller, H., Bard, K., Morelli, G., & Chaudhary, N. (2017). The myth of universal sensitive responsiveness: Comment on Mesman et al. *Child Development*, 89(5), 1921-1928.
- Kreppner, K. (2001). Sobre a maneira de produzir dados no estudo da interação social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(2), 97-107.
- Lamm, B., Keller, H., Yovsi, R. D., & Chaudhary, N. (2008). Grandmaternal and maternal ethnotheories about early child care. *Journal of Family Psychology*, 22(1), 80-88.
- Lyra, M. C. D. P., & Rossetti-Ferreira, M. C. (1995). Transformation and construction in social interaction: A new perspective on analysis of the mother infant dyad. In J. Valsiner (Org.), *Comparative cultural-constructivist perspective* (Child development within culturally structured environments, Vol. 3, pp. 51-77). Norwood: Ablex.
- Meltzoff, A. N., & Moore, M. K. (2002). Imitation, memory, and the representation of persons. *Infant, Behavior and Development*, 25, 39-61.
- Mesman, J., Minter, T., Angged, A., Cissé, I. A. H., Salali, G. D., & Migliano, A. B. (2018). Universality without uniformity: A culturally inclusive approach to sensitive responsiveness in infant caregiving. *Child Development*, 89(3), 837-850.
- Moura, G. G. (2012). *"Quem não pega, não se apega": o acolhimento institucional de bebês e as (im) possibilidades de construção de vínculos afetivos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Neder, K. (2018). *A coconstrução do apego no primeiro semestre de vida, à luz do paradigma da intersubjetividade primária* (Monografia). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Oliva, A. D. (2004). A noção de estado inicial e concepções de desenvolvimento: problemas e necessidades de definições empíricas dos termos. In M. L. Seidl-de-Moura (Org.), *O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento* (pp. 61-110). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Pacheco, A., & Figueiredo, B. (2010). Preferência e habituação pela face/voz da mãe vs. estranha em recém-nascidos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 11(1), 137-150.
- Pino, A. (2005). *As marcas do humano: As origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo, SP: Cortez.

- Ribas, A. F. P., & Seidl-de-Moura, M. L. (2004). Responsividade materna e teoria do apego: Uma discussão crítica do papel dos estudos transculturais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 315-322.
- Ribeiro, F. J. L., Bussab, V. R., & Otta, E. (2004). De colo em colo, de berço em berço. In M. L. Seidl-de-Moura (Org.), *O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento* (pp. 229-284). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Rodrigues, L. A. (2011). *Processos de (trans)formação da comunicação e linguagem, ao longo dos cinco meses anos de vida: Um estudo de caso* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., & Silva, A. P. S. (2004). Rede de significações: Alguns conceitos básicos. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 23-34). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Rossetti-Ferreira, M. C., & Costa, N. R. A. (2012). Construcción de vínculos afectivos en contextos adversos de desarrollo: importancia y polémicas. *Scripta Nova*, 16(395).
- Sinha, C., & Rodriguez, C. (2008). Language and the signifying object. In J. Zlatev, T. Racine, C. Sinha & E. Itkonen (Orgs.), *The shared mind: Perspectives on intersubjectivity* (pp. 358-378). Amsterdam: John Benjamins.
- Sjöberg, M., & Bertilsdotter-Rosqvist, H. (2017). Who is the mother? Exploring the meaning of grandparental support in young Swedish mother's narratives. *Feminism & Psychology*, 27(3), 318-335.
- Slater, A., Fields, T., & Hernandez-Reif, M. (2007). The development of the senses. In A. Slater & M. Lewis (Orgs.), *Introduction to infant development* (pp. 81-99). Oxford: Oxford University Press.
- Trevarthen, C. (2010). What is it like to be a person who knows nothing? Defining the active intersubjective mind of a newborn human being. *Infant and Child Development*, 20, 119-135.
- Wallon, H. (1959). O papel do Outro na consciência do Eu. In M. J. G. Werebe & J. Nadel-Brulfert (Orgs.), *Henri Wallon* (pp. 158-167). São Paulo, SP: Ática.
- Wallon, H. (1979). *Do ato ao pensamento*. Lisboa: Moraes.
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.

## Agradecimentos

À família que generosamente concordou com sua participação e de Marina no estudo; ainda, à Fapesp (Processos 2016/13268-0; 2013/17215-0 e 2016/24717-0) e ao CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) pelo auxílio com bolsas e financiamento de Auxílio Regular.

Recebido: 08/11/2019

Revisado: 26/02/2020

Aprovado: 04/03/2020